



*Aquiles Nereu da Silva Lima*

Advogado

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RETIROLÂNDIA-BA**

**ANA PAULA DA SILVA MACIEL CERQUEIRA**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob número 015.637.975-93, portadora do RG número 07.652.399-30; **DIEGO SILVA MACIEL**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob número 057.417.315-38, portador do RG número 15.462.469-16; **PEDRO PAULO SILVA MACIEL**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob número 011.791.855-52 e portador do RG número 11.701.151-79, residentes na Rua Fabio Pietro, 996, Cajazeira, Retirolândia-Ba, CEP 48750-000, por intermédio de seu Procurador Aquiles Nereu da Silva Lima, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SE sob o nº 473-B, com escritório na Praça 27 de Julho, Retirolândia-Ba, vem propor

**AÇÃO ORDINÁRIA PARA RECONHECIMENTO  
DE DIREITOS ESTATUTÁRIOS**

em face de **MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob número 11.377.650/0001-77, com sede na Rua Argemiro Evaristo da Costa, SN, centro, Retirolândia-BA, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.



## **I – DOS FATOS**

Os autores são filhos e herdeiros da falecida **CLEIDINALVA SILVA MACIEL**, que foi funcionária do Município de Retirolândia a partir de 02/09/1996, prestando serviço como ZELADORA, conforme recibo de pagamento de salário em anexo.

Conforme certidão de óbito em anexo, faleceu em 17/10/2019, sendo o dia anterior seu último dia de trabalho. Foram 23 anos e 1 mês de trabalho como funcionária do município.

**A parte autora sempre teve seu direito às férias violado e nunca usufruiu de seu direito à licença a prêmio.**

É a síntese do necessário.

## **II – DOS FUNDAMENTOS**

### **1 – LICENÇA PRÊMIO**

O direito a Licença Prêmio por assiduidade foi assegurado aos servidores públicos municipais de Retirolândia através da Lei Municipal 125/2012, através de seu artigo 93, inciso V.

Por sua vez, esse direito foi regulamentado pela Lei 2003/2007, que acrescentou o artigo 100-A a Lei 125, assim dispondo:



*Art. 100-A O prêmio por assiduidade consiste na licença ao servidor, sem prejuízo da remuneração, de 03 (três) meses em cada período de 05 (cinco) anos de exercício efetivo e ininterrupto no serviço público municipal.*

*§1º - Para efeito de concessão de prêmio por assiduidade, considera-se de efetivo exercício o tempo de serviço prestado pelo servidor na Administração Pública direta ou indireta do Município de Retirolândia, à partir da instituição da Lei 125.*

*(...)*

*§3º - O direito de requerer o prêmio por assiduidade não prescreve, nem está sujeito a caducidade.*

Desta forma, considerando que a Lei 125 foi publicada em 18 de dezembro de 2002 e que nesta data a servidora em tela já fazia parte dos quadros dos servidores públicos municipais, tem a mesma adquirido 03 licenças prêmio no dia 02/09/2017, ou seja, a falecida tinha direito a 09 meses de licença, então deve ser indenizada no valor equivalente a 09 vezes sua remuneração, sendo R\$ 10.101,60.

## **2 – FÉRIAS**

O direito a férias é garantido pela Constituição Federal, principalmente pelo que Prescreve o § 3º do artigo 39 c.c artigo 7º, *in verbis*:



*Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas*

*§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.*

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;*

*XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;*

Observe que a Constituição Federal não garante esses direitos apenas aos servidores efetivos, mas a qualquer servidor público, seja concursado, contratado ou nomeado.

Nesse sentido, a autora nunca recebeu férias, tendo direito a:

- **FÉRIAS PROPORCIONAIS NO VALOR DE R\$ 26.282,86;**



### **3 – DOS PEDIDOS**

De todo o exposto requer à autora:

1. Condenação do réu ao pagamento de férias;
2. Condenação do réu ao pagamento de licença prêmio;
3. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, por ser pobre nos termos da Lei, declarando este causídico a veracidade desta informação.
4. Citação do réu para, querendo, contestar a ação.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova permitidos, especialmente prova documental e testemunhal, cujo rol será apresentado no prazo legal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 36.384,46 (trinta e seis mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Retirolândia-Ba, 13 de setembro de 2024.

**Aquiles Nereu da Silva Lima**

**OAB-SE 473-B**

Praça 27 de julho, SN, 1º andar, Retirolândia-BA  
Aquiles.escriptorio@gmail.com - 75 98155-6233